Desafios e interpelações dos migrantes às sociedades

*Thierry Linard de Guertechin**

As migrações ficarão problemáticas para muitos anos. Não há como achar uma solução rápida e definitiva. O século passado foi marcado pela tensão entre dois blocos políticos-econômicos. Hoje, com a globalização da economia, nova configuração do sistema capitalista, as sociedades se deparam com as populações migrantes batendo às portas seja dos países da América Latina, seja dos países ricos do hemisfério norte. O mundo se confronta com a porosidade das fronteiras no que toca não somente os movimentos de população, mas da saúde e do meio ambiente, apesar das tentativas de controle. Questões como estas, são desafios para as sociedades e exigem um salto qualitativo na organização política internacional e uma nova configuração da ordem institucional das sociedades.

Trata-se de reorientar a construção do Estado de Direito no sentido de maior respeito e auto-aplicação dos direitos humanos. É fazer prevalecer o respeito incondicional da vida e dignidade das pessoas sobre a razão do Estado e o arbitrário dos poderes. A declaração dos Direitos do Homem é apelo à humanidade inteira contra todas as exações que podem se cometer em todo lugar do planeta. Da Declaração de 1948, dois artigos insinuam esta responsabilidade generalizada, enfocando o fundamento da busca de uma ordem internacional.

O artigo 22 tem mais a ver com a ordem econômica: “Toda pessoa, como membro da sociedade, tem direito à segurança social e à realização pelo esforço nacional, pela cooperação internacional e de acordo com a organização e recursos de cada Estado, dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento da sua personalidade”. O artigo 28 tem mais a ver com a ordem política: “Toda pessoa tem o direito a uma ordem social e internacional em que os direitos e liberdades estabelecidos na presente Declaração possam ser plenamente realizados”.

Esses artigos são puro encantamento sem conteúdo real ou fundamento incontestável de uma conceição solidária da sociedade mundial? A tomada de consciência da necessidade e os esforços de implemento de uma ordem econômica e política têm aqui sua fonte. Enquanto direito econômico, o direito de emigrar fica derivado do direito aos meios de existência, que normalmente deve poder ser satisfeito na terra onde a gente nasceu. Por isso, seria oportuna uma deslocação do capital para ir à mão-de-obra e não o inverso. Assim, pudessem melhorar as condições de vida de multidões de trabalhadores que não precisariam mais se expatriar.

Mas a realidade é outra. Fluxos cada vez mais numerosos de imigrantes, indocumentados ou não, entram nos países chamados desenvolvidos. Esta mobilidade humana funciona como contra-peso ao desequilíbrio econômico e político entre o Sul e o Norte, entre o Terceiro Mundo e o “Primeiro Mundo”. Na visão tradicional, as migrações eram consideradas como resultante da expansão natural dos homens no planeta, preenchendo espaços vazios. Na verdade as migrações de populações inteiras levam a

* Belga, imigrante no Brasil desde 1975 e morador na Rocinha de 1979 a 1998. Geo-Demógrafo, foi professor de Demografia na PUC do Rio de Janeiro. Atualmente é diretor do CCB - Centro Cultural de Brasília e do IBRADES - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento, organismo da CNBB.

um (des)encontro com outras populações. A celebração do 5º centenário da conquista da América evidencia o viés ideológico que encarou as migrações da Europa para a América como induzidas pela “descoberta” de um continente vazio. A “descoberta” foi na verdade uma conquista de espaço pela expulsão, escravidão e matança dos Povos Indígenas, processo ainda em percurso. O mundo no qual vivemos hoje é o resultado de todos esses fluxos migratórios, de brassagens imemoráveis e sempre renovadas de populações, de mestiçagens de todos os tipos. Os confrontos mesmo mortíferos atestam de um certo jeito trágico mas inelutável que não pode escapar ao mesmo encontro do outro. Tem que chegar de um jeito ou outro a um acordo. Ninguém pode ser “interdito de terra” e a humanidade está condenada a uma comunicação e interdependência universal. Esta universalidade pe reconhecida da Declaração dos Direitos do Homem no artigo 13 que defende o direito das pessoas a livre circulação.

Este direito a emigrar é, ao mesmo tempo, prerrogativa de toda liberdade e direito econômico derivado do direito aos meios de existência, o imperativo sendo a partilha harmoniosa e a equalização dos recursos entre as diferentes partes do planeta. É um apelo a uma solidariedade sem fronteiras que aponta para uma cidadania universal. Há uma dupla interpelação dos migrantes, por um lado, à sua sociedade de origem para providenciar o sustento econômico dos seus cidadãos por reformas econômicas, sociais e políticas, por outro lado, às sociedades de destino para receber os migrantes por políticas de integração econômica, social e política.

Diante da falta dessa solidariedade, fica imprescindível averiguar algumas causas da mobilidade humana abrindo um campo de investigação ao nível global, abordando questões no que toca o futuro do planeta visto dos pontos de vista demográfico, ecológico, social, político e cultural. No espaço de tempo limitado que temos, vamos nos dedicar a encarar a propriedade privada como obstáculo à partilha harmoniosa dos bens e ao cuidado do planeta. Todos os seres humanos têm direito a uma parte dos bens para si e para suas famílias. Daí, nas sociedades tradicionais, o dever de sustentar os pobres, aqueles desprovidos do acesso à propriedade, o “*poor law*” na Inglaterra. As críticas, na época, para derrubar esta lei, têm hoje uma atualização no debate sobre o programa “bolsa família”.

Para entender o caráter discriminador e absolutizado da propriedade privada, uma volta ao Direito Romano é necessária para entender a concepção liberal vigente do direito da propriedade como *ius utendi abutendi*. Essa primazia da propriedade, sob suas formas mais modernas e diversas é a base institucional da sociedade neoliberal. Por razão doutrinal ou ideológica, ela é excludente, pois não permite o acesso para todos à posse do que é necessário para a vida humana. Por formas modernas da propriedade, entendem-se formas sofisticadas que vão da propriedade intelectual, as patentes, ao processo do endividamento que, concretamente, eliminam direitos elementares de uma vida soberana, livre e digna.

As migrações interpelam as nossas sociedades, não somente para resolver problemas sociais como o direito à moradia, à terra e à migração. Pois a luta pelos direitos humanos, não poucas vezes, se limitam a lutar contra as conseqüências do abuso da propriedade. O desafio é maior, pois se trata de interpelar o motor do processo *ad infinitum* da apropriação que é acumulação de capital, que sob nome do progresso, ameaça igualmente a sobrevivência do planeta. Os migrantes questionam os paradigmas da nossa civilização. Precisa instaurar uma instância política de sustentabilidade sócio-ambiental. Um esboço existe, mas precisa fazer muito mais, denunciando a falsa

legitimidade do poder unilateral de países que pretendem exercer sua hegemonia sobre outros povos.

Esta interpelação é especialmente forte e exigente para os Estados Unidos e União Européia. Podem-se esperar mudanças de mentalidades e atitudes políticas daquelas sociedades onde foram gerados com muitas lutas os direitos humanos? Será que as Declarações Americanas de 1776 ficam reservadas para uma nova aristocracia branca e anglo-saxão, condenando os outros a uma cidadania subalterna, a um déficit de direitos. Já num passado não muito longínquo, em 1986, a Comunidade Européia, numa declaração oficial reconhecia uma dívida social junto às antigas colônias deixaram uma herança de militares e guerras civis, contribuindo assim ao aparecimento de refugiados e outros movimentos de população. Os Americanos tem mais dificuldade em reconhecer suas dívidas sociais. Resistem também em se juntar na luta contra o aquecimento do planeta. A sociedade americana impõe às outras nações sua soberania absoluta, posta acima do bem comum da humanidade, incluso dos milhões de seus imigrantes desprovidos da sua cidadania e dos seus direitos elementares. Esta mesma Nação pretende e tem orgulho em exportar para outras os valores democráticos, sabemos com que desastre.

O mundo está longe de fazer um salto qualitativo necessário em favor de uma outra organização internacional. Além desta constatação pessimista, não se pode esquecer que é preciso interpelar também os países do Sul. Os nacionalismos, os integristas são ingredientes que avivam os conflitos, provocando ondas de deslocamentos de populações. Contrariamente a uma crença espalhada, em termos de números, as migrações Sul-Sul são mais importantes que do Sul para o Norte. Mas, as causas fundamentais são as mesmas: a desigualdades entre o Norte e o Sul que não pára de aumentar perturba também as relações entre os países do Sul; o empobrecimento das sociedades, sobretudo as da África Subsaariana. Aqui não se pode não fazer menção da mobilidade das doenças como no caso da AIDS.

A ideologia neoliberal está surda às interpelações dos migrantes. Os detentores das finanças mundiais não têm interesse em superar as causas das migrações. Pior, esta ideologia profetisa, que qualquer tentativa de enfrentar e remediar os movimentos de populações, é condenada ao fracasso, pois a única coisa que funciona pe o livre desenvolvimento das forças de mercado. Como dizia um político francês da direita, o mercado e natural, a democracia não! Em contra-ponto, há que afirmar que as causas econômicas e políticas das migrações são inextricavelmente ligadas. Em outros termos, os direitos econômicos e sociais dos seres humanos e os direitos civis e políticos são indissociáveis.